





Campanha Salarial de Jornais e Revistas da Capital 2018-2019

# Assembleia vai debater contraproposta das empresas

## Patrões insistem na alteração e na exclusão de direitos da Convenção Coletiva

Depois de oito rodadas, a Campanha Salarial 2018-2019 se mostra difícil. Os empresários insistem na retirada ou alteração de direitos importantes da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), e apresentaram uma contraproposta que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) vai discutir com a categoria em assembleia nesta segunda-feira (6), às 11h30 e às 19h30, na sede do SJSP. A participação é essencial para definir os rumos da campanha.

O foco do SJSP nas negociações é a luta pela manutenção da CCT, pela inclusão de novas cláusulas que preservem as condições de trabalho contra a "reforma" da CLT e por um reajuste de 2,8% nos salários e benefícios, sendo 1,76% para repor a inflação (INPC) dos últimos 12 meses mais aumento real por produtividade devido ao enxugamento das redações.

Houve recuos dos patrões nas rodadas anteriores, mas as negociações prosseguem com dificuldades porque o reajuste não é o reivindicado, as empresas resistem à inclusão de cláusulas que mantenham as condições de trabalho e ainda querem mudar ou excluir as existentes na atual Convenção, vigente até o final de agosto. Veja os principais pontos da contraproposta que serão debatidos na assembleia:

Reajuste salarial e de benefícios: o Sindicato luta por 2,8%, mas os empresários propõem apenas 1,8%. Para o SJSP, como o índice da inflação acumulada é baixo, de 1,76%, é possível um reajuste maior sem impacto econômico significativo para as empresas. Na contraproposta, o piso salarial iria para R\$ 3.155, o auxílio creche para R\$ 468,28 e a multa pela Participação nos Lucros (PLR) seria de R\$ 775 nas empresas que não aderem ao programa de PLR.

Pagamento da multa da PLR: os empresários queriam condicionar o pagamento da multa da PLR às empresas que apresentarem lucro operacional no Exercício 2018 para a PLR de 2019. Pela contraproposta patronal, o pagamento está garantido para o ano de 2018, mas com a alteração valendo para o ano que vem. Para o SJSP, é uma alteração inaceitável porque se trata de uma multa por não fazer o programa de PLR, e, portanto não tem relação com o resultado da empresa. Além disso, é impossível averiguar no caso de algumas empresas porque os dados sobre lucratividade são sigilosos.

**Acúmulo de função:** as empresas querem excluir a cláusula da CCT que garante adicional de 40% no acúmulo de função. Na última rodada, em 26/7, os patrões concordaram em discutir a questão numa Comissão Paritária, mas excluindo a multa da nova CCT antes que o debate seja feito entre as partes. As empresas querem fazer o mesmo com a cláusula sobre **menção expressa**, no contrato de trabalho, do veículo ao qual o jornalista está vinculado, mas o SJSP defende a manutenção das cláusulas enquanto os itens são discutidos. **Confira no verso outras cláusulas que estão em jogo.** 

Assembleia da Campanha Salarial de Jornais e Revistas da Capital 6 de agosto de 2018 (segunda-feira) - 11h30 e 19h30 Auditório Vladimir Herzog - Sede do Sindicato dos Jornalistas

R. Rego Freitas nº 530 - Sobreloja - Vila Buarque - São Paulo/SP (Metrô República)







## Patrões recusam novas cláusulas de proteção contra a "reforma" trabalhista

## "Modernização" só é válida quando há interesse dos empresários

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) defende a inclusão de itens na Convenção Coletiva para manter condições de trabalho e defender contra a "reforma" da CLT. Mas, das novas cláusulas apresentadas, a maioria o patronal recusou ou propôs outra redação que atenda aos interesses das próprias empresas. Entre esses itens estão:

**Terceirização e trabalho intermitente:** o SJSP quer que os direitos da CCT sejam garantidos aos jornalistas terceirizados, e os patrões alegam que isso poderia interferir no sindicato de outras categorias. A alegação não se justifica porque, por se tratar de uma categoria diferenciada, a representação dos jornalistas cabe ao SJSP. Para o **trabalho intermitente**, o SJSP reivindica uma remuneração mínima, mas os patrões recusam afirmando que isso não está previsto na "reforma".

**Liberdade de expressão e exercício da cidadania:** empresas de comunicação têm buscado tutelar e censurar o jornalista fora do trabalho, mas o patronal recusa a cláusula alegando que o "assunto deve ser tratado no âmbito de cada empresa" e não na Convenção Coletiva.

**Teletrabalho ou home office:** o Sindicato reivindica que as empresas se responsabilizem pelos custos e garantam a jornada diferenciada. Neste item, o único avanço é que os empresários vão respeitar a jornada de trabalho contratada, mas, sobre o custeio, alegam que "depende da situação de cada um".

## Participe das eleições sindicais

Votação é de 7 a 9 de agosto. Confira os locais e vote!

## Dia 7 (terça-feira)

Urna 1- Sede SJSP 9h às 21h. Urna 2 - Imesp 10h às 15h30; Sindicato dos Bancários 16h30 às 20h. Urna 3 - Rádio Jovem Pan 11h às 14h30. Fundação Cásper Líbero 15h às 19h. Urna 4 - Rede TV 11h às 19h. Urna 5 - Grupo Estado 10h às 20h.

#### Dia 8 (quarta-feira)

Urna 1 - Sede SJSP 9h às 21 h.
Urna 2- Assembleia Legislativa
10h às 13h. EBC 14h às 19h.
Urna 3- CBN/Rádio Globo 10h
às 15h. ECA/USP 16 às 19h.
Urna 4 - UOL 9h às 11h; RTV
Bandeirantes 12h às 16h; UOL
17h às 19h. Urna 5 - TV Globo
9h às 20h; Urna 6 - Grupo Folha
10h às 20h.

## Dia 9 (quinta-feira)

Urna 1 - Sede SJSP 9h às 21h; Urna 2- Editora Globo/Jornal O Globo/Valor Econômico 10h às 20h; Urna 3 - Editora Abril 10h às 20h; Urna 4 - RTV Cultura 11h às 15h; Editora 3, 16h às 19h; Urna 5 - TV Record 9h às 20h; Urna 6 - SBT 11h às 19h.

